A ABONG E A AGENDA 2030

de Desenvolvimento Sustentável

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

para

TRANSFORMAR O MUNDO

Vem **somar** com a Abong!

+solidariedade +pluralidade
+autonomia +transparência
+participação +diversidade
+igualdade +horizontalidade
+sustentabilidade
+liberdade

+parcerias
#AMaisbong

www.abong.org.br

Transformar o Mundo até 2030

A participação da sociedade civil e ativistas no campo das relações internacionais vem amadurecendo a passos largos. Nos últimos anos, temos intensificado esforços para incidir na governança multilateral a partir, principalmente, de articulações diretas com diplomatas de diversos países e maior presença nas delegações nacionais brasileiras.

Um debate limítrofe para este século, foi a construção da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Transformando o nosso Mundo*, aprovada na 70ª Assembleia Geral da ONU, em setembro último, que substituiu os Objetivos do Milênio, ODM. Com dezessete grandes objetivos e cento e sessenta e nove metas, o acordo firmado por 193 países, mesmo que ainda aquém das demandas da sociedade civil, dialoga com os maiores desafios que hoje enfrentamos para tornar o mundo minimamente sustentável e mais equitativo.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO+20, em 2012, quando foi lançado o processo que levou a essas *metas universais* para o desenvolvimento sustentável, temos acompanhado os debates internacionais, atuado para influenciar a posição do governo brasileiro e buscado aglutinar esforços para uma atuação maior da sociedade civil nos espaços internacionais e locais.

Foram três anos de negociações intensas – e tensas – da *Agenda pós-2015*, cujo resultado certamente pode ser criticado pelos inúmeros retrocessos e debilidades. Contudo, também podemos celebrar os avanços possíveis devido ao ineditismo e à multiplicidade de agentes atuantes na negociação – secretariado da ONU, suas agências, Estados-membros, instituições financeiras internacionais, sociedade civil e lobistas de fortes setores da economia –, que debateram e disputaram, nem sempre em completa boa-fé, durante milhares de horas. Ao final, sob o lema *não deixe ninguém para trás*, os países firmaram o compromisso de direcionar esforços e recursos para o que, no texto, representa a possibilidade de um futuro mais sustentável, menos desigual e antropocêntrico. Mas, aprovado o acordo, agora é que começa o trabalho.

Para nós, que participamos do processo, a implementação da *Agenda 2030* significará um avanço importante para nossas relações sociais, ambientais e econômicas. Esperamos que, no Brasil, em meio a tantas crises e convulsões políticas, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável sirvam de inspiração a gestões públicas, sociedade civil e tomadores de decisão em todo o país, hoje tão carente de agendas mobilizadoras e positivas.

A ABONG – Associação Brasileira de Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns –, teve o privilégio de atuar, junto com várias das suas associadas e parceiros, na construção dessa agenda. Esta publicação é a síntese narrativa do caminho percorrido, das alianças estabelecidas, dos espaços onde atuamos e dos conteúdos produzidos, sempre na perspectiva de colaborar para construir esse *outro mundo possível*, mais equitativo e justo, com o qual tanto sonhamos. Sonho que hoje compartilhamos atuando como o GT – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil – para a *Agenda 2030*, cuja história também narramos nesta publicação.

Alessandra Nilo
Coordenadora Geral da Gestos (Soropositividade, Comunicação e Gênero)
Diretora estadual da Abong (Pernambuco)

A Abong e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Participação Social para Transformar o Mundo

Edição e Organização *Alessandra Nilo*
Textos *Criados a partir de artigos de Alessandra Nilo, Claudio Fernandes e Damien Hazard*
Revisão Lamparina Design
Fotos Abong | Gestos
Projeto gráfico e diagramação Lamparina Design

Prefixo Editorial 88502
ISBN 978-85-88502-13-0

Associação Brasileira de Organizações em Defesa de Direitos e Bens Comuns

Diretoria Executiva Gestão 2013–2016

Instituto Socioambiental *Adriana Ramos*
Iser Assessoria (Religião, Cidadania e Democracia) *Ivo Lesbaupin*
Equip (Escola de Formação Quilombo dos Palmares) *Raimundo Augusto de Oliveira (Cajá)*
Vida Brasil Bahia *Damien Hazard*
Ação Educativa (Assessoria, Pesquisa e Informação) *Vera Maria Masagão Ribeiro*

Equipe

Desenvolvimento Institucional *Helda Oliveira Abumanssur*
Administrativo *Marta Elizabete Vieira e Fabio Alves Fernandes*
Comunicação *Amanda Proetti e Marcela Reis*
Internacional *Maíra Villas-Bôas Vannuchi e Otávio Igreja*
Formação *Renata Pistelli*
Observatório da Sociedade Civil *Nicolau Soares*
Assistente de Projetos *Carolina de Moura Barbati*

REPRESENTANTES ESTADUAIS Rio Grande do Sul
Centro de Assessoria Multiprofissional CAMP *Mauri José Vieira Cruz*
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor CAPA *Vitor Hugo Hollas*
São Paulo
Instituto Paulo Freire *Paulo Roberto Padilha*
Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária CENPEC *Alexandre Isaac*
Rio de Janeiro
Casa da Mulher Trabalhadora CAMTRA *Eleutéria Amora da Silva*
Centro de Promoção da Saúde CEDAPS *Wanda Lucia Branco Guimarães*
Bahia
Centro de Educação e Cultura Popular CECUP *Edmundo Ribeiro Kroger*
Avante Qualidade, Educação e Vida AVANTE *Fabiane Brazileiro*
Pernambuco
Soropositividade, Comunicação e Gênero GESTOS *Alessandra Nilo*
Tocantins
Centro de Direitos Humanos de Palmas CDHP *Sílvia Patrícia da Costa*
Pará
Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes APACC *João Daltro Paiva*
Acre
Rede Acreana de Mulheres e Homens RAMH *Maria Jocileide Lima de Aguiar*
Paraná
Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural ASSESSOAR *Adreia Fiorese Vansetto Soares*
Santa Catarina
Centro Vianei de Educação Popular *Iáscara Almeida Varela*

Sumário

6 Introdução: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

9 A sociedade civil organizada e a Agenda 2030

15 Como a sociedade civil global participou do processo

18 Cronologia da Agenda 2030

21 Por dentro da negociação da Agenda 2030

25 Os Meios de Implementação e o Financiamento

31 Reta final de negociações da Agenda 2030

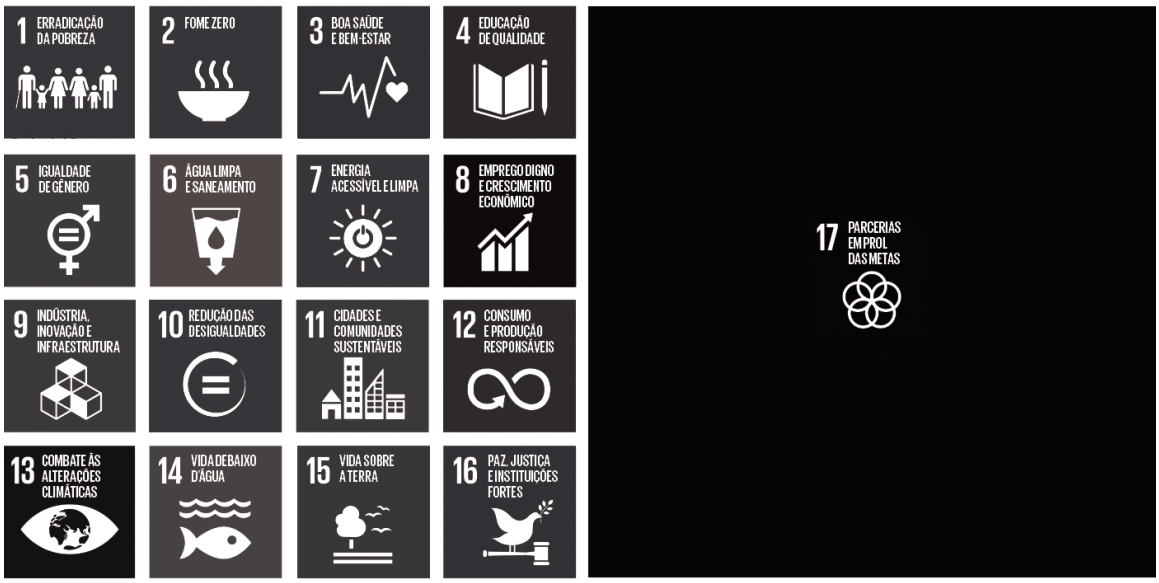
34 Uma sociedade civil transformadora para transformar o mundo

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

O período entre 2013 e 2015 teve importância fundamental para o futuro das Nações Unidas, das outras organizações multilaterais, de Estados e de entidades da sociedade civil que trabalham com a agenda de desenvolvimento humano sustentável, nos três pilares centrais tratados pela ONU: o econômico, social e ambiental.

A 68ª Assembleia Geral, realizada em Nova York, em setembro de 2013, definiu os processos da chamada *Agenda pós-2015*, que resulta na aprovação dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS. Em pauta e em disputa, o mundo que queremos construir após o fim do prazo dos ODM, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os tipos de política de desenvolvimento e a definição de onde vêm os recursos.

O novo marco de desenvolvimento internacional substituiu os ODM, acordados pela ONU em 2000, com 189 países signatários. Com suas vinte e duas metas – vinte e quatro no Brasil – e seus quarenta e oito indicadores, os oito ODM impulsionaram avanços importantes, como a queda da mortalidade infantil, o acesso a melhores fontes de água potável para mais de um bilhão de pessoas, uma resposta global ao HIV ou ainda, na América Latina, a redução significante da fome. No entanto, mesmo com o mérito de ter apontado diretrizes e induzido a alocação de recursos para as políticas nacionais e internacionais relevantes, os ODM também foram criticados. Primeiro por sua agenda reducionista em relação aos compromissos assumidos nos anos noventa, durante o ciclo de conferências da ONU – Desenvolvimento e Meio Ambiente, Direitos Sociais, Mulheres, População, Financiamento e Racismo. Depois, por terem sido elaborados com pouca participação social e, finalmente, por minimizarem a importância da justiça social e da sustentabilidade ambiental em sua concepção de desenvolvimento.



O maior desafio, e limite, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi o paradigma das parcerias, ainda fundamentado na competição. *Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é necessário mudar o fundamento do paradigma para* cooperação global.

O fato é que os Objetivos do Milênio chegaram ao seu prazo de validade sem ter alcançado todas as suas metas e com uma conjuntura de agravamento da crise econômica e financeira, de transformação da geopolítica mundial, de mudanças climáticas, de mais uma crise alimentar, migração em massa, instabilidade social e aumento das desigualdades em diversas partes do mundo – um cenário que impõe novos desafios para a humanidade e para a própria ONU.

A definição dos novos objetivos, com suas metas e indicadores, portanto, acontece justo nesse contexto geopoliticamente bem mais complexo, com linhas tênues entre Norte e Sul, com novos atores econômicos, novas alianças e, principalmente, com mudanças que ressignificaram as relações de poder dentro e fora dos Estados-membros, cujos processos decisórios são cada vez mais influenciados pelas corporações, onde a força econômica privada pauta políticas que resultam, na prática, em serviços nem sempre adequados, acessíveis ou inclusivos para as populações, desconsiderando suas diferentes demandas e direitos. Tais decisões estão em rota de colisão com o ideal de Estado garantidor de direitos e têm sido executadas por meio de parcerias público-privadas que deixam pouco espaço para monitoramento e, na mioria dos casos, bloqueiam o controle social através de contratos obscuros com os governos.

Assim, a tarefa proposta e assumida pelos Estados-membros para os próximos meses está longe de ser simples e pautou enormes desafios para a sociedade civil, que se empenhou para influenciar essa agenda, incidindo politicamente junto aos governos e participando das diferentes modalidades de consultas temáticas, virtuais e presenciais, realizadas pela ONU. Paralelamente, redes globais de organizações e movimentos sociais, tais como as

campanhas internacionais *Beyond 2015* e *Action 2015*; o *Global Call for Action Against Poverty* – GCAP – , o *Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de* ONG – FIP – e a Civicus – *World Alliance for Citizen Participation* –, articularam-se de forma independente e também promoveram uma série de articulações nacionais ao longo do processo.

No Brasil, em 2013, a ABONG conduziu um processo de consultas cujo resultado, registrado no relatório *O mundo que queremos pós-2015*, apresentou recomendações para o governo brasileiro e para as Nações Unidas.

A análise de conjuntura já então evidenciava os interesses de grandes forças políticas e do Capital que, implícita e explicitamente, têm disputado essa agenda na ONU. Mostrava também que governos fundamentalmente conservadores e outros moralmente liberais, mas voltados para uma política de dominação neocolonial, atuam de forma organizada para bloquear a construção e aplicação de objetivos mais ambiciosos que garantissem de fato um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Enquanto a sociedade civil, diante do profundo desequilíbrio econômico que vivencia, fala de crise do capitalismo ou de crise civilizatória, as forças políticas e econômicas dominantes organizam-se para uma nova fase de acumulação, baseada na exploração da humanidade e da natureza, incompatível com o desenvolvimento sustentável.

A experiência da última década tem evidenciado uma fraca capacidade de monitoramento de acordos da ONU. A participação cada vez mais ativa das ONG no seguimento dessa agenda tem buscado tensionar os debates, questionando os modos de produção, o acúmulo e a concentração das riquezas, e a recorrente ampliação das iniquidades.

Num contexto tão complexo, nosso foco é óbvio: apesar das consultas formais feitas à sociedade civil, as decisões correm por outros espaços de debate intergovernamental, a exemplo do Grupo de Trabalho Aberto dos governos – Open Working Group – e do Comitê Intergovernamental de Peritos em Financiamento, que foram as duas instâncias que prepararam a base do documento da Agenda.

A ABONG, através da Gestos, acompanhou quase todas as sessões realizadas em Nova York, sabendo que o resultado do trabalho desses dois grupos serviria de conteúdo para a 69ª Assembleia Geral, em setembro de 2014. Havia um sentido de urgência. No espaço de dois anos, os termos que podem pautar o futuro do planeta e das populações foram elaborados. O tempo era curto e a disputa acirrada. Coube às organizações sociais e aos governos progressistas unirem-se de forma rápida e articulada na tentativa de buscar o mundo que queremos – que não foi possível até agora –, e que talvez continue a ser apenas uma ideia muito distante, muito além de 2015, caso essa agenda não seja implementada, ou seja implementada de forma desarticulada. O desafio é enorme, por isso mesmo a participação da sociedade civil organizada nos espaços, tanto nacionais quanto locais, é da maior importância para garantir que realmente *ninguém fique para trás*.

Coube às organizações sociais e aos governos progressistas unirem-se de forma rapida e articulada na tentativa de buscar o mundo que queremos – que não foi possível até agora – e que talvez continue a ser apenas uma ideia muito distante, muito além de 2015, caso essa agenda não seja implementada, ou seja implementada de forma desarticulada.

A Sociedade Civil Organizada e a Agenda 2030

Contexto político: participação social para um mundo justo e equitativo.

Na segunda metade do século XX, a sociedade e o Estado brasileiros passaram por profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. O processo de transição democrática e a elaboração de uma nova Constituição em 1988 consolidaram direitos sociais, a serem garantidos mediante políticas públicas, por ações promovidas de forma descentralizada e com participação social. A formulação e gestão dessas políticas passaram a ser mais abertas e transparentes, favorecendo a inclusão da população nos processos de formulação e decisão sobre políticas públicas.

Como parte desse processo, passam a compor o vasto campo da sociedade civil entidades e organizações de diversos tipos, tais como os grupos sindicais, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI –, movimentos por demandas universais, tais como as feministas, LGBT, juventudes, movimentos sem-terra, negro, ambiental e de saúde no enfrentamento do desequilíbrio social que permeia o conjunto de relações políticas, econômicas e culturais nas comunidades país afora.

As organizações da sociedade civil que atuam em resistência às violações dos direitos humanos e na reivindicação de direitos civis – político, econômico, social, cultural e ambiental –, passam a compor um campo em defesa de direitos e bens comuns, que se constitui como eixo de identificação de um vasto campo de atores sociais para garantir a inclusão de diferentes segmentos nos processos de construção de políticas públicas. Na CF foram criadas estruturas formais de participação social, como os conselhos de políticas setoriais e as Conferências Nacionais, espaços que devem ser de formulação, proposição e monitoramento das políticas públicas. Tais espaços se consolidaram no Brasil, nos últimos vinte anos, como principal mecanismo de

expressão da política de base, pela interação comunicativa e deliberativa que promovem, e por possibilitarem a articulação entre o conjunto de experiências de muitos movimentos sociais com representantes de governos.

No entanto, apesar da inclusão formal dessa diversidade nos processos de formulação e monitoramento de políticas públicas, esses espaços pouco têm garantido a incorporação das demandas da sociedade civil na elaboração das políticas. Dentre as causas, destacam-se a tradição autoritária do Estado brasileiro e a resistência, da classe política dominante e do aparato de controle estatal nos três níveis de governo, em incorporar as deliberações dos Conselhos na elaboração e gestão de suas políticas. Isso implica na dificuldade de reverter e redimensionar, na dinâmica corrente dos espaços institucionais de participação no Brasil, a centralidade do Estado na definição das políticas. Também por problemas de representatividade e pela relação clientelista entre Estado e sociedade civil, há pouca inovação nas políticas públicas desenvolvidas nesses espaços, faltando integração e continuidade.

As gestões presidenciais da última década procuraram enfatizar políticas de participação social por meio de diversos mecanismos nas três instâncias – federal, estadual e municipal –, mas seus impactos na formação de políticas públicas ainda são complexos e, muitas vezes, contraditórios . A experiência de participação, no entanto, serviu para fortalecer a sociedade civil brasileira em sua busca por uma democracia participativa, tornando-a atenta para o tema não só em âmbito nacional como também internacional.

Organizações e movimentos da sociedade civil brasileira têm participado ativamente de redes e fóruns internacionais sobre os mais diversos temas relacionados ao desenvolvimento. Desde a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 1992, no Rio de Janeiro, até a Cúpula dos Povos de 2012, a agenda internacional das organizações brasileiras em defesa de direitos e bens comuns tem se ampliado consideravelmente, passando a buscar formas de participação nos regimes internacionais de direitos humanos, comércio, clima, meio ambiente entre outros .

A ABONG, assim como suas associadas e parceiras, tem trabalhado com temas relacionados ao desenvolvimento humano e sustentável desde a sua fundação, e participa de diversas redes e processos internacionais relacionados à criação de novas concepções de desenvolvimento, voltadas para a realização dos direitos humanos, a superação das desigualdades e a defesa de direitos e bens comuns: um desenvolvimento que promova a vida e não produtos. Assim, nossa participação nos debates do *Pós-2015* foi uma oportunidade estratégica para fortalecer a participação social nos espaços internacionais relacionados ao desenvolvimento, e, por isso, motivamos organizações associadas, ativistas e movimentos parceiros do nosso campo, a participarem dos debates sobre a *Agenda pós-2015*. A primeira oportunidade para uma articulacão mais ampla, surgiu já em dezembro de 2012, quando lideramos o processo de consultas nacionais da campanha *Beyond 2015*, iniciativa de redes internacionais da sociedade civil preocupadas em promover um marco de desenvolvimento para substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em processo de expiração.

Estratégia da ABONG para a consulta nacional

A ABONG compartilhou dos esforços das redes internacionais da sociedade civil para incidir politicamente sobre o processo de definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por entender que este novo marco do desenvolvimento internacional irá orientar esforços de cooperação e informar o estabelecimento de regimes multilaterias sobre o tema, impactando diretamente movimentos e organizações da sociedade civil em todo o mundo.

Para a realização da consulta, a ABONG optou pela implementação de uma estratégia em duas fases sucessivas: a primeira de visibilidade e engajamento, cujo objetivo principal foi divulgar a *Agenda pós-2015*, pois se tratava de assunto pouco conhecido entre as organizações do nosso campo de atuação; a segunda foi a realização de oficinas temáticas em diferentes cidades brasileiras, com vistas a aproveitar o trabalho já realizado por esses movimentos e organizações para acordar recomendações para o governo brasileiro e para a ONU.

Visibilidade e engajamento

Em 26 de fevereiro de 2013, a ABONG realizou uma oficina de compartilhamento de estratégias sobre a campanha *pós-2015* em São Paulo, após divulgar informações sobre o tema entre redes e parceiros. O objetivo desta primeira oficina foi tornar o processo de consulta nacional mais representativo das organizações que atuam em defesa dos direitos e bens comuns no Brasil. O evento contou com mais de cinquenta participantes , entre representantes de organizações e movimentos sociais, estudantes e ativistas de defesa de direitos.

Esta oficina preparatória incluiu apresentações de representantes da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) e da equipe da ONU no Brasil, que compartilharam suas estratégias de engajamento na campanha. Em seguida, foi realizada uma sessão de trabalho em grupos, durante a qual foram discutidos princípios e estratégias que deveriam ser incorporados pela consulta. Os(as) participantes reiteraram a necessidade de sistematizar metas e compromissos já assumidos pelo governo Brasileiro por meio de tratados e convenções internacionais e em espaços institucionalizados de participação em âmbito nacional, como os conselhos e conferências, de modo que apresentamos, como principal recomendação desta primeira oficina, recuperar as deliberações das Conferências Nacionais realizadas no Brasil na última década.

Nos meses subsequentes, para garantir uma participação efetiva no processo global, a ABONG realizou, junto a organizações e movimentos parceiros, três oficinas temáticas. A metodologia das oficinas promoveu a participação das pessoas para, a partir do trabalho já desenvolvido pelos movimentos e organizações participantes, acordar recomendações e propostas. O formato da oficina – trabalhos em grupo, plenária, dinâmica – variou de acordo com o número de participantes e o contexto local. Seus resultados foram sistematizados num relatório (www.abong.org.br/ods.pdf)

Oficinas temáticas

	Instituições parceiras e co-organizadoras	Temas
Brasília	INESC (Projeto Onda) | Engajamundo	Infância e Juventude
Salvador	Vida Brasil | Conen | Iceafro	Enfrentamento ao racismo
Recife	Gestos (Soropositividade, Comunicação e Gênero)	HIV e AIDS e equidade de gênero

As oficinas temáticas produziram três listas, com sugestões para o governo brasileiro incorporar em suas posições a serem defendidas nas negociações em Nova Iorque.

Após a realização da consulta, realizamos uma viagem de incidência política em Brasília, articulando com o Itamaraty e com o Ministério do Meio Ambiente a inclusão de nossas sugestões. Em fevereiro de 2014, o Governo Federal realizou, com o PNUD e o Centro Rio+, os *Diálogos Sociais.*

A partir desses dois eventos iniciamos uma longa jornada de debates com o governo brasileiro. Mas somente em Julho de 2015 pudemos fazer parte das delegações oficiais do Brasil para os debates dos ODS e, àquela altura, da III Conferência para Financiamento do Desenvolvimento, FfD3, um processo que, ao invés de paralelo, somou-se fortemente aos debates sobre os Meios de Implementação da nova *Agenda 2030*.

Organizações da sociedade civil brasileiras acompanham as negociações internacionais da Agenda 2030.

A ABONG, ENQUANTO ASSOCIAÇÃO DE organizações não governamentais, acompanhou o processo de negociação da *Agenda 2030* a partir da RIO+20. Porém outras organizações, em suas capacidades institucionais e área de atuação específicas, vêm seguindo a agenda de desenvolvimento internacional e de governança multilateral há mais tempo, permitindo uma maior integração da participação da sociedade civil brasileira nos espaços e coalizões da sociedade civil internacional.

Esse envolvimento é o resultado de uma trajetória de articulação na esfera internacional que se estruturou durante as últimas décadas, a partir da partição ativa em redes e fóruns internacionais sobre os mais diversos temas relacionados ao desenvolvimento, desde a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 1992, a RIO-92. Isso inclui tambem a organização de eventos da sociedade civil que buscam produzir diálogo e tencionar o debate, tais como a Cúpula dos Povos de 2012, espaco paralelo da sociedade civil a Conferência RIO+20, e todas as edições do Fórum Social Mundial.

Ao longo do processo, o trabalho que antes dependia de articulações individuais, passou a ser coadunado no coletivo e, após várias reuniões, constituiu-se também a partir do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 – GT da SC para a *Agenda 2030* –, ideia proposta por Carlos Basília, representante da Parceria Brasileira contra a Tuberculose. O GT tem sido facilitado pela ABONG e por sua associada Gestos – ver lista completa de membros na p. 32.

A Gestos – soropositividade, comunicação e gênero – ONG do Recife fundada em 1993, atua nas áreas de HIV e AIDS, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, gênero e, há cinco anos, vem mobilizando o debate sobre democracia econômica através da campanha TTF Brasil.

Desde 2003, articula a sociedade civil nacional e internacional para o monitoramento da Declaração de Compromisso da Sessão Especial da Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas de 2001 sobre HIV e AIDS – UNGASS-AIDS –, acompanhando também as agendas da Conferência de População e Desenvolvimento (Cairo) e a Conferência das Mulheres (Beijing).

A Gestos é membro da Forca Tarefa de Alto Nivel para ICPD e Além e representou a ABONG nos processos de articulação e incidência internacional em torno da *Agenda pós-2015*. Participarou da 68ª Assembleia da ONU, em 2013, acompanhou in locus as reuniões do GTA e do Comitê de Peritos para o Financiamento Sustentavel. Em março de 2014, a Gestos foi convidada a expor na sessão interativa do Comitê, representando também a campanha TTF Brasil e em abril, representando a LACCASO, a ABONG e a campanha TTF Brasil, foi a oradora principal no Fórum sobre Alianças Estratégicas, organizado pelo Presidente da Assembleia Geral da ONU. As intervenções da Gestos têm focado nas agendas econômica, de direitos sexuais e reprodutivos e direitos humanos em geral. Por isso, coordenou uma ação global, chamada *Bandeira Vermelha* – Red Flag –, que em menos de duas semanas foi assinada por quase oitocentas organizações de todo o mundo, denunciando a ausência dos direitos humanos no debate da *Agenda 2030*.

O Instituto Igarapé atua em questões relacionadas ao desenvolvimento e a segurança, através de pesquisas, formulação de políticas públicas e articulação. Discute as implicações que a violência acarreta ao desenvolvimento, ressaltando o caso paradigmático do Brasil nesse âmbito. Sobre a *Agenda pós-2015*, atuou na construção do Objetivo 16 e tem sido consultor para o Painel de Alto Nível. Produziu conhecimento e publicou informações a respeito, com a elaboração de indicadores – a exemplo do Índice de Seguranca da Criança – e da divulgação de relatórios e análises. Participou de articulações, es-

tabelecendo relacionamento com organizações que trabalham com o tema da violência e acesso à justiça, e com o Itamaraty.

A Ação Educativa tem participado dos encontros e reuniões de articulação política, e na construção de documentos e iniciativas de incidência política na reta final das negociações da *Agenda 2030*. Acompanhou as articulações internacionais no campo da educação e participou das discussões que analisaram e incidiram, principalmente, sobre o Objetivo 4.

O Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS – criado em 1990 com o objetivo principal de articular perspectivas e posições de distintos movimentos e grupos da sociedade brasileira para enfrentar os desafios da transição para o desenvolvimento sustentável, tendo como pilares a democracia, a equidade e justiça, a inclusão social e a integridade ambiental, no âmbito dos processos nacional e internacional, governamental, intergovernamental e da sociedade para a RIO-92. O FBOMS traz toda sua experiência de acompanheamento da *Agenda 21* para o GT da Sociedade Civil para a *Agenda 2030*.

A Aliança Contra o Tabagismo – ACT+ – faz parte de duas alianças internacionais que acompanham de perto o tema: FCA – Framework Convention Alliance – e NCD Alliance. Houve uma articulação das organizações que trabalham com controle do tabaco para a inserção e manutenção de metas relativas a estas áreas no texto dos ODS. Inseriu também o tema de impostos sobre produtos de tabaco como uma das fontes de financiamento do desenvolvimento sustentável. No Brasil, a ACT fez *advocacy* junto ao Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria da Presidência – enviamos material informativo, notícias e fizemos reuniões em Brasília. A partir do momento em que teve conhecimento da articulação da sociedade civil brasileira para a *Agenda pós-2015*, ingressou no grupo e tem participado das reuniões, elaboração de cartas e posicionamentos políticos, discussões online etc. No que se refere à discussão sobre indicadores, fez contato com membros do Ministério da Saúde que participam das reuniões do IBGE e enviou sugestões do GT na consulta aberta ao público.

A Rede Nossa São Paulo acompanhou o processo de discussão dos ODS a partir de 2014. No ano seguinte, articulou-se com o grupo convocado pela ABONG, quando o trabalho se intensificou no seguimento da construção dos indicadores nacionais, que está sendo feito pelo IBGE. Além disso tem atuado na articulação com o Governo Federal, Congresso Nacional e municípios.

O INESC gere um projeto de engajamento regional e global que visa fortalecer uma participação em parceria com outras organizações e movimentos sociais, para qualificar o debate nacional sobre temas estratégicos como a sustentabilidade socioambiental, a regulação dos mercados, os mecanismos de financiamento para o desenvolvimento, incluindo o combate à sonegação fiscal internacional, a segurança alimentar e nutricional e a cooperação para o desenvolvimento, por meio da participação das reuniões da RIO+20, Cúpula dos Povos, COP 18, o BASIC, o G20, os BRICSAM e o Fórum Social Mundial. Ao longo do debate do Pós 2015, elabora textos analíticos, disponíveis em seu site, e marcou forte presença na incidência junto ao Governo Federal.

A Agenda Pública tem experiência em implementação dos ODM no Brasil, tendo apoiado a construção do *Programa da Agenda de Compromissos do Governo Federal e Municípios*; o *Guia* para municipalização dos ODM com o PNUD e o Governo Federal; apoiou a municipalização dos ODM em Santos, Sorocaba, São Carlos, Barro Alto e Niquelândia, Goiás; apoiou a construção da Rede ODM (municípios apenas), juntamente com Santos e Belo Horizonte e apoiou a construção do Portal ODM na Internet.

A REBRAPD – Rede Brasileira de População e Desenvolvimento – busca acompanhar a implementação da agenda de Cairo em curso no Brasil e em temas relacionados com população e desenvolvimento no debate sobre os ODS. Tem atuado com o GT da SC para a *Agenda 2030* nos processos de incidência política para implementação dos ODS no Brasil e participou de Conferencias internacionais ligadas à Agenda Pós 2015.

A Vida Brasil, em 2013, organizou em Salvador a oficina sobre o tema do enfrentamento ao racismo, da consulta da ABONG sobre a *Agenda pós-2015*. O envolvimento prosseguiu com a publicação de artigos e a realização de palestras sobre o tema. No dia 24 de setembro de 2015, na véspera da votação dos ODS na Assembleia Geral, a Vida Brasil coordenou uma mobilização de movimentos sociais e organizações, e realizou o evento na praça Castro Alves, como parte da mobilização internacional realizada pela campanha *Action 2015*, liderada pela ABONG.

A Vida Brasil preocupa-se com o enfrentamento ao racismo e à inclusão social de pessoas com deficiência, que pouco apareceram dentro dos ODS e das suas metas correspondentes. A agenda da Vida Brasil também inclui questões de economia solidária e do lugar da sociedade civil na implementação e monitoramento dos ODS.

A Visão Mundial tem monitorado nacionalmente e localmente a *Agenda 2030*, com foco na proteção de crianças e adolescentes contra diferentes formas de violência. Para o processo da *Agenda 2030*, participou das consultas organizadas pelo PNUD, e dos diálogos promovidos pelo Governo Federal desde 2013. Organizou seminários e oficinas em parceria com Aldeias Infantis, SOS Brasil, ChildFund Brasil, Fundação Abrinq e Plan International Brasil, a fim de construir uma coalizão de organizações e redes da infância para acompanhar o processo de implementação nacional. Diálogou com seis diferentes ministérios e agências multilaterais como UNICEF, CEPAL e OEA. Elaborou posicionamentos políticos, publicou arigos e notas em diferentes mídias para diferentes públicos e tem criado materiais específicos para promover a *Agenda 2030*.

A Artigo 19 trabalha em vários países na promoção e proteção dos direitos à liberdade de expressão e ao acesso à informação. A organização está envolvida com o processo de negociação dos ODS desde 2013, participando inclusive das reuniões internacionais de negociação e promovendo campanhas em torno do Objetivo 16, que versa sobre a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, em que estejam garantido o acesso à justiça e instituições transparentes.

O Engajamundo atua através de formações, mobilização e ações de ativismo, dedicando-se a empoderar a juventude brasileira para compreender, participar e incidir em processos políticos internacionais. Realizou seminários de formação no Brasil para informar sobre os ODS e o processo de negociação da *Agenda 2030*, assim como uma consulta nacional que gerou propostas defendidas perante o Governo Federal para serem levadas para a ONU. Participou de Conferencias internacionais ligadas à Agenda Pós 2015.

Cineclube Socioambiental *Em Prol da Vida* realiza formação, eventos temáticos e articula diálogos intergeracionais em escolas, universidades, comitês de bacia hidrográfica, câmaras técnicas, grupos de estudos e coletivos de juventude sobre os ODS. Tem incidido principalmente junto ao Ministério da Educação e à Câmara Municipal de São Paulo e, em dezembro de 2015, realizou o primeiro "Festival de Curtas sobre os ODS" do Brasil.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, uma ampla rede nacional com mais de 160 fóruns municipais de ECOSOL, envolveu-se com a *Agenda 21*. Para a *Agenda 2030*, o FBES está engajado com o trabalho do GT da SC e atua como agente multiplicador para a implementação dos ODS no país.

E como a sociedade civil global participou do processo, de fato?

"O grupo de trabalho aberto, dando sentido ao nome, manteve-se aberto a todos os governos e abraçou a voz da sociedade civil, incluindo a comunidade empresarial, universidades e organizações das Nações Unidas, as quais juntas trouxeram enorme amplitude e profundidade às nossas deliberações." *Carta dos co-presidentes aos representantes permanentes dos Estados-Membros para as Nações Unidas.*

O plano de ação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a *Agenda 21*, em 1992, reconheceu nove setores-chave da sociedade ou *grandes grupos*, como os principais canais através dos quais as vozes cidadãs podem se organizar e participar nos processos de debate sobre o desenvolvimento sustentável na ONU. Esses nove Grandes Grupos – Major Groups –, ou Grupos Principais, são mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, empresas e indústria, a comunidade científica e tecnológica, e os agricultores.

As contribuições desses grupos, bem como outras partes interessadas, foram depois reconhecidas pelos Estados-Membros no texto final da Conferência de 2012 das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, RIO+20, como vital para o alcance do desenvolvimento sustentável. O documento final da Conferência, *O Futuro que Queremos*, reafirmou que o desenvolvimento sustentável requer o envolvimento significativo e participação ativa das legislaturas regionais, nacionais e subnacionais e judiciários, dos *grandes grupos*, bem como de *outras partes interessadas*, incluindo as comunidades locais, grupos de voluntários e as fundações, os migrantes e famílias, bem como pessoas idosas e pessoas com deficiência. O documento também incentivou a participação ativa destes atores, conforme o caso, em processos que contribuem para a tomada de decisões, planejamento e implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis.

Concluídas as negociações dos ODS, não há dúvidas de que seus debates foram mais participativa do que os processos que levaram à criação dos ODM e que a sociedade civil organizada, indiscutivelmente, contribuiu não apenas criticando, mas

também apresentando alternativas concretas para as propostas atuais. Apresentamos análises consistentes e uma vasta gama de recomendações ao longo de todas as discussões temáticas e operativas, certamente servindo como exemplos vivos da realidade nos corredores da ONU.

Hoje a natureza participativa de consultas dos ODS é reconhecida como uma das suas principais características. É esta natureza que tem sido tão positivamente avaliada, e espera-se que garanta o necessário senso de apropriação das partes interessadas, tão necessário na fase de implementação nacional.

Seguem, abaixo, os fatos ilustrativos da participação de representantes da sociedade civil global nos processos de discussão da *Agenda 2030* e da FfD3:

A partir da terceira sessão, em 2014, os co-presidentes do Grupo de Trabalho Aberto instituíram a prática de, diariamente, ter reuniões matinais de uma hora com as organizações não governamentais, antes do início das reuniões oficiais. Os Estados-Membros foram incentivados a participar deste momento e os Grupos Principais também podiam apresentar contribuições escritas aos textos que estavam em debate.

Apesar do ICESDF não ter tido processos formais de participação da sociedade civil organizada e das outras partes interessadas, foram realizadas sessões interativas em que diversas vozes puderam se posicionar e apresentar propostas sobre o financiamento do desenvolvimento sustentável para o Comitê.

Durante as negociações da Agenda de Ação de Adis Abeba, como foi nomeado o documento final da FfD3, a sociedade civil se aglutinou em uma *Coalizão Global* de ativistas que seguem a agênda financeira – com relativa pouca adesão em proporção à importância do tema, mostrando que economia política continua sendo um desafio para o crescimento qualitativo no trabalho de *advocacy*. A Coalizão Global, na qual, do Brasil, participaram a Gestos/ABONG e o INESC, dispunha de uma rede de ativistas articulada através de uma lista de correio eletrônico e frequentes teleconferências.

Várias audiências interativas foram organizadas para a FfD3 – mais detalhes do processo no texto sobre a Conferência adiante. A preparação e organização culminou no primeiro Fórum da Sociedade Civil Organizada sobre Financiamento para o Desenvolvimento, dois dias antes da Conferência oficial, em Adis Abeba, para discutir posições e propostas para o as negociações finais do documento. Durante os últimos momentos houve a presença constante de OSC nas negociações, com o apoio de vários países, inclusive do Brasil, e dos co-facilitadores, Embaixadores George Talbot da Guiana e Gier Pedersen da Noruega.

As modalidades de trabalho do Fórum Político de Alto Nível (High Level Political Forum) concedeu amplos direitos de participação para os *Grupos Principais* e outras partes interessadas. Na sua Resolução 67/290, sobre aspectos organizacionais do HLPF e a modalidade da Assembleia Geral *"salienta a necessidade do Fórum promover a transparência e implementá-la através do reforço da função consultiva e participação dos principais grupos e outras partes interessadas a nível internacional, a fim de melhor fazer uso de seus conhecimentos, mantendo o carácter intergovernamental das discussões, e, nesse sentido decide que o Fórum estará aberto para os grandes grupos, outras partes interessadas e entidades relevantes que tenham convite permanente para participar como observadores na Assembleia Geral [...]"*. A mesma resolução também incentiva os Grupos Principais e outras partes interessadas a estabelecerem de forma autônoma mecanismos de coordenação eficazes para a participação no HLPF.

Apesar de toda essa articulação, no conjunto de Objetivos e Metas dos ODS, há apenas uma referência ao termo *sociedade civil* e, para equilibrar esta lacuna, foram adicionadas pelo menos doze referências na Declaração Política da *Agenda 2030*. Assim, junto com *outras partes interessadas* e *Grupos*

Maiores, a Declaração também garantiu o mandato para que a sociedade civil não apenas participe das fases seguintes do processo (implementação e monitoramento), como também abriu as portas para que pudesse enviar relatórios sobre a implementação nacional. Neste aspecto, o parágrafo 74.d é crítico e merece ampla divulgação, pois define como princípio que o acompanhamento e a avaliação sejam *"abertos, inclusivos, participativos e transparente para todas as pessoas"* e em todos os níveis e, mais importante, que *"apoiará a relatoria de todas as partes interessadas"*.

Para o processo de implementação nacional, a ABONG tem insistido na contínua e, cada vez mais, ampla participação das organizações da sociedade civil, principalmente para tornar as parcerias entre governos e setor privado mais transparentes, mais inclusivas e alinhadas aos parâmetros estabelecidos para garantia dos direitos humanos e ambientais, e das legislações trabalhistas.

~

Após um longo processo de interlocução com o governo, a sociedade civil brasileira foi incluída na delegação oficial do país nas últimas rodadas de negociações, em julho de 2015, tanto para Adis Abeba, quanto para a *Agenda 2030*. Isso foi possível em parte porque, no Brasil, a sociedade civil aglutinou forças e atuou articuladamente, inclusive criando o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a *Agenda pós-2015*, que reúne representantes de organizações e redes com diferentes enfoques temáticos, a maioria já envolvida no acompanhamento da agenda de desenvolvimento internacional e localmente.

Como consequência da participação propositiva de representantes do GT nas negociações do *Pós-2015*, pela primeira vez, em agosto, a sociedade civil foi convidada a participar da reunião do Grupo de Trabalho Interministerial sobre os ODS, organizada pelo Instituto Rio Branco, em Brasília, que contou com Representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Social, do Meio Ambiente, da Secretaria Geral da Presidência da República, e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Como proposta, as organizações da sociedade civil fizeram uma demanda específica sugerindo a criação, no Brasil, de uma *comissão interministerial deliberativa* sobre os ODS, composta por representantes governamentais com poder de decisão e também por representantes da sociedade civil.

O GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030

A ABONG, e a Gestos, acompanharam o processo desde a RIO+20, atuando em âmbito internacional, especialmente em parceria com o *Grupo Maior de Mulheres*, com a *Forca Tarefa de Alto Nível para Cairo e Além*, a *Coalizão Global para o Financiamento para o Desenvolvimento* e, nacionalmente, como ponto focal da Campanha *Beyond 2015*.

Essa atuação caracterizou-se como crítica propositiva, pois ao mesmo tempo em que, várias vezes, reagíamos ao debate intergovernamental com críticas contundentes, também colaborávamos com a produção de conteúdos e propostas para os debates governamentais, centrando esforços em influenciar as posições do governo brasileiro e latino-americano em geral.

Nossas pautas focaram na defesa dos direitos e bens comuns, com ênfase na igualdade entre gêneros e direitos sexuais e reprodutivos; na proposição de um novo princípio de democratização econômica e na defesa incondicional da inclusão da sociedade civil nos espaços de construção, implementação e monitoramento da *Agenda Pós-2015* em todos os níveis.

Além da incidência global, no Brasil, estimulamos um processo de constante mobilização das organizações da sociedade civil de diversos setores, compartilhando informações e promovendo momentos de debates coletivos, inclusive com a participação do governo brasileiro, geralmente representados pelo Itambaraty e pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Da mesma forma que a ABONG e a Gestos, várias organizações já vinham no processo de acompanhamento do *Pós-2015* e com longo histórico de atuação no monitoramento das Conferências da ONU, desde a RIO-92, conforme narrado no capítulo anterior. Os encontros propiciados pela urgência de definir uma posição nacional mais coesa, e o desejo de estabelecimento de canais formais de diálogo com o governo brasileiro, ofereceu a oportunidade de aprofundarmos os debates sobre as po-

Cronologia do processo Pós-2015 a partir da Rio+20 até a Cúpula da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

RIO+20
20–22. 06 RJ
CRIAÇÃO DO GTA, ICESDF E HLPF

Alessandra Nilo entrega os dólares da campanha TTF BRASIL ao Presidente da Assembleia Geral

REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA A. G.
Financiamento para o desenvolvimento
7-8. 10 NY

67ª A. G. 18. 09 NY
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DA RIO+20 *O Futuro que Queremos.* INICIA O PROCESSO PÓS-2015.

A. G. INSTITUI GTA
22. 01 NY

A. G. INSTITUI O ICESDF 23. 06 NY

68ª A. G. 24. 09 a 1. 10 NY
Reunião inaugural do HLPF – Fórum Político de Alto Nível.

A.
24-
So

A. G. I
9–10.
Gesto

A. G. DIÁ
6–7. 03 N
Mulher,
da Socie

A. G. DIÁLOGO IN
SOCIEDADE CIVIL
18-19. 02 NY *Água*
e energia susten

2012 — 2013 — 2014

GTA 1ª SESSÃO
14-15. 03 NY
Eleição e agenda.

GTA 2ª SESSÃO 17-19. 04 NY
Conceituação dos ODS.

GTA 3ª SESSÃO 22-24. 05 NY
Alimentação e nutrição, terra, agricultura sustentável, desertificação e seca. Água e saneamento básico.

GTA 4ª SESSÃO 17-19. 06 NY
Trabalho decente, proteção social, juventude, educação e cultura.

ICESDF 1ª SESSÃO
28-30. 08 NY

ICESDF 2ª SESSÃO
2-6. 12 1º DIÁLOGO INTERATIVO 5. 12 NY

DIÁLOGOS SOC
11. 02 RJ *Gover*
Centro Rio+,

ICESDF 3ª SE
2º DIÁLOGO
Gestos | TTF

OFICINA ESTRATÉGICA
26. 02 SP ABONG

GTA 5ª SESSÃO 25-27. 11 NY
Crescimento econômico inclusivo e sustentado, políticas macroeconômicas e energia.

GTA 9ª SESSÃ
NY *Aprovaç*
Documento

GTA 10ª
a 4. 04 N
temas d
foco com
emenda

CONSULTAS NACIONAIS
(a partir de dezembro até 06/2013) Nacional
BEYOND 2015 E ABONG.

Ponto de vista da delegação brasileira no processo pós-2015.

GTA 6ª SESSÃO 9-13. 12 NY
Meios de implementação e parceria global.

GTA 7ª SESSÃO 6-10. 01 NY C
sustentáveis, transporte, co
e produção. Clima, desastr
redução de riscos.

GTA 8ª SESSÃO 3-7. 02 N
oceanos, florestas, bi
inclusão social, equid
Prevenção de conflito
conflito, força-de-lei

RIO+20
CÚPULA DOS POVOS
20–22. 06 RJ

Zuleica Goulart REDE NOSSA SP e Francisca "Xica" da Silva FBES em atividade no Congresso Nacional.

OFICINA TEM
Brasília ABON
ENGAJAMUND

A. G. DIÁLOGO INTERATIVO
11–12. 09 NY
Evento de alto nível para avaliar resultados das discussões.

A. G. DIÁLOGO INTERATIVO
9–10. 06 NY
Direitos humanos e força-de-lei.

A. G. DIÁLOGO INTERATIVO
21–22. 05 NY
Relações Norte-Sul, Sul-Sul e triangulares.

G. DIÁLOGO INTERATIVO
–25. 04 NY
ciedades pacíficas e estáveis.

DIÁLOGO INTERATIVO
04 NY *Papel das parcerias.*
s | Abong | Laccaso

LOGO INTERATIVO
Y
jovens e contribuição
dade Civil.

TERATIVO COM
. E OUTROS
a, saneamento
tável.

69ª A. G. 17. 09 a 4.10 NY
RESOLUÇÃO PARA FFD3
A PARTIR DE RELATÓRIO
DO ICESDF *Aprovação do relatório do GTA com 17 ODS.*

FFD3 1ª SESSÃO DE
REDAÇÃO DO TEXTO
27-29. 01 NY

FFD3 2ª SESSÃO DE
REDAÇÃO DO TEXTO
13-17. 04 NY

SESSÃO CONJUNTA
FFD3 E PÓS-2015
21-24. 04 NY

PÓS-2015 DIÁLOGO
INTERATIVO 20. 04 NY

CONFERÊNCIA FFD3
Gestos | Abong
13-16. 07 Adis Abeba

FFD3 3ª SESSÃO DE
REDAÇÃO DO TEXTO
15-19. 06 NY

Lançamento do MECANISMO
DE FACILITAÇÃO TECNOLÓGICA
na Cúpula do Desenvolvimento
Sustentável.

70ª A. G. CÚPULA
AGENDA 2030
25–27. 09 NY

NEGOCIAÇÃO DA DECLARAÇÃO POLÍTICA DA AGENDA 2030
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Nova York

2015 — 2016

CIAIS
no Federal,
PNUD.

SSÃO 3-7. 03
INTERATIVO
Brasil 3. 03 NY

ICESDF 4ª SESSÃO 12-16. 05
3º DIÁLOGO INTERATIVO
12. 05 NY

GTA ENVIA RELATÓRIO
PARA ASSEMBLEIA
GERAL. 25.08 NY

1ª REUNIÃO GT SC
PARA PÓS-2015
9. 09 SP *Seminário*

FFD3 CONSULTA REGIONAL
CEPAL Gestos | Abong 12-13.
03 Santiago de Chile

FFD3 DIÁLOGO INTERATIVO
Gestos | Abong 9. 04 NY

GT INTERMINISTERIAL
PARA ODS 14. 08 Brasília
Reunião ampliada.

4ª REUNIÃO GT SC
PARA AGENDA 2030
25-26. 11 Brasília

2ª REUNIÃO GT SC
PARA PÓS-2015
10-11. 06 SP

3ª REUNIÃO GT SC
PARA AGENDA 2030
16-17. 09 SP

ÃO 3-5. 03
ão de
-foco.

SESSÃO 31. 03
Y *Debate sobre*
o Documento-
n proposta de
s.

ICESDF 5ª SESSÃO 4-8. 08
4º DIÁLOGO INTERATIVO
5. 08 NY *proposta final de texto*

GTA 11ª SESSÃO 5-9. 05 NY
Consultas baseadas no
Documento-foco revisado.

GTA 12ª SESSÃO 16-20. 06 NY
Consultas sobre ODS e
Metas. Texto revisado.

GTA 13ª SESSÃO 14-18. 07 NY
Consultas sobre ODS e
Metas. Adoção do
relatório pelo GTA.

idades
onsumo
e e

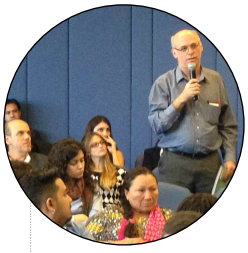
NY *Mares e*
odiversidade,
dade de gênero.

os, paz, pós-
e governança.

OFICINA TEMÁTICA 5. 07
Recife ABONG, GESTOS

ÁTICA 16. 05
NG, INESC E
DO

OFICINA TEMÁTICA 12. 06
Salvador ABONG, VIDA
BRASIL, CONEN, ICEAFRO



Rubens Born FBOMS questiona durante reunião ampliada do GT INTERMINISTERIAL.

SC FFD FÓRUM
Gestos | Abong
11-12. 07 Adis Abeba
(Etiópia)

Wu Hongbo, Secretário Geral da FFD3, Aldo Caliari REFORM BRETTON WOODS e Tove Harding EURODAD na abertura do Fórum da sociedade civil.

O Grupo de Trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável em reunião com a Secretaria de Governo, Ministério do Meio Ambiente e Itamaraty. Brasília novembro, 2015.

sições defendidas pelo Brasil. Apresentamos críticas e propostas coletivas, iniciamos uma articulação informal por correio eletrônico, teleconferências e encontros presenciais, e reunimos as necessárias condições para alinharmos posições coerentes.

Grupos de diferente setores, com diferentes experiências acumuladas, mas com a agenda partilhada na defesa dos bens comuns e dos direitos humanos e ambientais, foram dialogando e definindo estratégias coletivas. Ao final de mais de um ano de trabalho em parceria, pareceu ser um resultado natural, que se consolidou na formalização do *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para o Pós-2015*, hoje, o GT da SC para a *Agenda 2030*.

Nossas organizações, além de terem acompanhado as negociações que resultaram nos ODS, acompanharam também a III Conferência do Financiamento para o Desenvolvimento e a COP21, em dezembro, em Paris, compartilhando informações em tempo real durante todas as negociações pelo *blog* http://brasilnaagenda2030.org sobre esses três eventos que definiram a agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos quinze anos.

Com cerca de quarenta membros, entre redes, articulações e ONG de todo o país, o GT continuará se fortalecendo para dar seguimento aos desafios postos pelos resultados dos documentos finais das negociações da agenda política para o desenvolvimento sustentável.

No momento, além de estarmos pautando o tema da *Agenda 2030* no Congresso Nacional e na Câmara Municipal de São Paulo, seguimos pressionando o Governo Federal para criação de uma *Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável*. A minuta do decreto para criação da Comissão estava pronta para ser assinada pela Presidente Dilma Rousseff já durante a 70ª Assembleia Geral da ONU e deveria ter sido anunciada nesta ocasião, mas o governo não o fez.

Da mesma forma, também seguimos insistindo na necessidade de inclusão da sociedade civil no processo de construção dos indicadores globais e nacionais e também para a incorporação das metas dos ODS no Plano Plurianual do Brasil, que deve ser definido até meados de 2016, e nas Leis Orçamentárias Anuais de estados e municípios. É a partir da alocação de recursos financeiros e humanos que se inicia uma possível virada nas administrações públicas para investirem, de forma inteligente e coordenada, na agenda de sustentabilidade.

Por dentro da negociação da Agenda 2030

As modalidades e os espaços de incidência política.

A partir da conferência internacional para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como RIO+20, com a aprovação da declaração *O futuro que queremos*, em 2012, ficou estabelecida a arquitetura básica para o processo de negociação da *Agenda Pós-2015*, que substitui os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com foco específico na busca do desenvolvimento *sustentável*.

As modalidades para a negociação da futura agenda foram iniciadas nesse documento. Dos parágrafos 84 ao 86, definiu-se o escopo e atribuições do Fórum Político de Alto Nível – HLPF (em inglês High Level Political Forum) –, instância fundamental para revisão e seguimento de toda a agenda.

No parágrafo 248 foi criado o Grupo de Trabalho Aberto – GTA: "um mecanismo intergovernamental inclusivo e transparente sobre os ODS, aberto a todas as partes interessadas, com vista à sua formulação, a serem adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas." E, seguindo a necessidade evidente de encaminhar os possíveis meios de implementação da agenda, o parágrafo 256 da Declaração institui o Comitê Intergovernamental de Peritos em Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável – ICESDF (im inglês): "um comitê intergovernamental, compreendendo trinta especialistas nomeados por grupos regionais, com base na representação geográfica equitativa, vai implementar esse processo, concluindo o seu trabalho até 2014."

Três anos depois, a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* articulou dezesseis das grandes questões globais, mas também apresentou meios para uma execução minimamente eficaz. Além de metas específicas para cada um dos objetivos, definiram também os seus meios de implementação e transformaram o *como fazer* no décimo sétimo objetivo.

Acordar os ODS já é considerado um marco na diplomacia global, principalmente por ter aprofundado o debate sobre o que significa se desenvolver de forma sustentável.

A declaração política *Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentavel* é, sem dúvida, fruto de um debate ambicioso – apesar de que nem todas as suas metas refletem o mesmo nível de ambição –, e, mesmo realizado em um ambiente internacional complexo e de múltiplas crises, conseguiu cravar a certeza de que não será suficiente tentar apenas erradicar a pobreza. Para ser viável, o desenvolvimento tem que, de uma vez por todas, diminuir as desigualdades, equilibrando a riqueza extrema, e garantindo realmente que *ninguem fique para trás*.

A *Agenda 2030* em si já representa uma mudança, pois, a partir de vários processos paralelos, compôs um programa abrangente para as pessoas, planeta e prosperidade que busca fortalecer a paz universal com maior liberdade, através de parcerias significantes entre entes governamentais e não governamentais.

Realizado a partir de consultas formais entre Estados-membros, secretariado da ONU, *Grupos Principais* e outras organizações da sociedade civil internacional, os debates e as negociações da *Agenda 2030*, em sua fase final – pós-aprovação do relatório do Grupo de Trabalho Aberto pela 69ª Assembleia Geral – foram conduzidos por dois co-facilitadores habilidosos, os Embaixadores David Donoghue, da República da Irlanda, e Macharia Kamau, do Quênia que, com liderança e firmeza política, conduziu os momentos mais tensos da negociação.

Além dos debates intergovernamentais, o secretariado da ONU criou um calendário com vários fluxos de trabalho, envolvendo suas agências, governos e sociedade civil, cuja participação foi possível através de sistemas já estabelecidos, com a facilitação da UN-NGLS – agência das Nações Unidas para relações com organizações não governamentais – e espaços criados para inclusão de outros novos atores, como a campanha *Beyond 2015*, gerando mais coesão e diálogo entre redes e organizações dedicadas a influenciar a construção dos ODS. Esses atores tiveram voz e foram consultados durante o processo – com exceção notável das últimas quarenta e oito horas de negociação específica dos ODS, em julho de 2014, realizada entre grupos intergovernamentais em ambiente fechado.

Esses três anos de negociação, da então ainda conhecida apenas como agenda pós-2015, foram de disputa de grandes narrativas, diversos interesses singulares e, sobretudo, um exercício de excelência para as relações internacionais, que buscou calibrar diferentes políticas e articular uma agenda tão ampla do ponto de vista temático, quanto complexa do ponto de vista de sua implementação. Isso, além de reverberar tensões já existentes na arena global, trouxe novos desafios ao debate, inclusive, alimentando as tradicionais divisões entre países do Norte e do Sul. Os pontos de tensão foram principalmente a agenda do clima, a *Responsabilidade Comum, Mas Diferenciada* – CBDR (em inglês, common but differentiated responsibilities) – versus *responsabilidade compartilhada*, ocupação estrangeira, direitos sexuais e direitos reprodutivos, e os *meios de implementação* dos ODS como um todo, pois este tema toca justamente na questão nevrálgica do sistema econômico e financeiro global.

Essas tensões estavam presentes desde a RIO+20 e não é à toa que, em Julho de 2014, a última sessão do GTA varou a noite da sexta-feira e o acordo sobre a definição dos ODS e suas metas foi finalizado somente no início da tarde do sábado, com membros das delegações nacionais à beira da exaustão. Mas a tensão não acabou aí. Um ano depois, chegar ao consenso final sobre os ODS e a declaração política de comprometimento da agenda para o desenvolvimento sustentável foi ainda muito mais difícil.

Os meios para alcançar os fins: o GTA

O Grupo de Trabalho Aberto, composto por um grupo de Estados-membros, foi criada em 22 de janeiro de 2013, por decisão 67/555 (ver A / 67 / L.48 /rev.1) da Assembleia Geral. Ele teve o mandato para discutir os temas-chave e, com base na sua análise, desenvolver uma proposta para os ODS.

Os Estados-Membros decidiram usar um sistema inovador, baseado em círculo eleitoral de representação que era novo para subgrupos da Assembléia Geral. No início, a ideia original era que fosse composto por trinta países. No entanto, muitos países exigiram participar, e a solução foi compartilhar os trinta *lugares* entre vários Estados-Membros. Como consequência, os grupos

de países tiveram de construir uma visão comum sobre temas específicos. Mas, às vezes, países também apresentaram posições nacionais, quando o acordo não parecia possível.

O trabalho do GTA organizou-se em duas fases principais. A primeira fase focada em recolher as opiniões de peritos, de representante apontados por Estados-Membros e outras partes interessadas, desde sua primeira reunião, em março de 2013 até sua oitava reunião em fevereiro de 2014, quando os membros do grupo deliberaram sobre os principais temas, incluindo aqueles identificados na declaração *O Futuro que Queremos*, da RIO+20.

A partir do segundo para o oitavo período de sessões, o Grupo de Trabalho, através de seminários temáticos, apresentações da Equipe das Nações Unidas de Suporte Técnico, painéis, trocas interativas e declarações nacionais, foram considerados temas específicos por sessão.

Na segunda fase, o GTA finalizou a sua proposta de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com um total de 169 metas associadas, em julho de 2014, e a apresentou a 69ª Assembleia Geral, que a aprovou em setembro do mesmo ano.

A partir de então, os ODS eram a principal base para as negociações intergovernamentais, iniciadas em janeiro e finalizadas em agosto de 2015.

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DE PERITOS EM FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ICESDF, com o apoio técnico do sistema das Nações Unidas, teve o mandato para avaliar as necessidades de financiamento, considerar a eficácia, a coerência e as sinergias dos instrumentos e estruturas existentes, e avaliar iniciativas complementares, com vista à preparação de um relatório propondo opções eficazes de financiamento para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, desde o início o debate sobre o financiamento para uma agenda que requer mudanças de paradigmas teve seu fórum especial para deliberações.

Composto por trinta especialistas nomeados pelos cinco grupos regionais das Nações Unidas – Grupo Africano, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, Leste Europeu e Oeste Europeu e Outros – e, diferentemente do GTA, o Comitê realizou a maior parte do seu trabalho em reuniões plenárias fechadas, apesar de terem realizado quatro audiências interativas com a sociedade civil organizada que segue a agenda de economia e finanças.

O ICESDF organizou seu trabalho em três grupos de temas:

1. Avaliação das necessidades de financiamento, o mapeamento dos fluxos atuais e tendências emergentes, bem como o impacto de ambientes domésticos e internacionais ao financiamento;

2. A mobilização de recursos e seu uso efetivo;

3. Acordos institucionais, coerência política, sinergias e questões de governança.

O FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL

Em nível global, é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e avaliação da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. De acordo com a nova agenda, a prestação de contas será voluntária. No entanto, incentiva-se o relato dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, dos Grupos Principais e das Nações Unidas e outras partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o setor privado.

O Fórum orientará e recomendará sobre a implementação da Agenda, acompanhando o progresso; estimulando políticas coerentes com base em evidência, ciência e experiências dos países; bem como se dedicando a questões novas emergentes, além de fornecer uma plataforma para construir parcerias internacionais.

A próxima reunião do HLPF, segundo o calendário oficial, será realizada entre 11 e 20 de julho de 2016, na ONU sob a responsabilidade do ECOSOC – Conselho Econômico e Social.

A APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DO GTA SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ALÉM

Na sexagésima nona Assembleia Geral das Nações Unidas, os Estados-Membros acataram o relatório

do GTA, confirmando que a agenda que iria suplantar os ODM seria baseada nos dezessete objetivos de desenvolvimento sustentáveis ali elencados. Essencialmente, o relatório expressava *o quê*, mas não definia *o como* tais necessidades e objetivos seriam alcançados em termos operacionais e de financiamento, problema já enfrentado pelos ODM, o que acabou comprometendo um melhor desempenho dos países no seu alcance.

Diante de tal impasse e complexidade, a Assembleia Geral decidiu convocar a terceira Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento, seguindo a arquitetura inaugurada em Monterrey, México, em 2002 e modestamente ampliada em Doha, 2008. Desta vez a conferência aconteceria na *Capital da África*, Adis Abeba, na Etiópia, sede da União Africana. Assim como na primeira vez, a conferência deveria debater e concordar sobre as formas de mobilização de recursos para cumprir a agenda de objetivos em construção e, se possível, indicar caminhos específicos e inovadores de financiamento para o desenvolvimento sustentável como um todo.

A conferência deveria debater e concordar sobre as formas de mobilização de recursos para cumprir a agenda de objetivos em construção e, se possível, indicar caminhos específicos e inovadores de financiamento para o desenvolvimento sustentável como um todo.

Os trabalhos para a conferência se iniciaram já no mês seguinte à Assembleia Geral de 2014, a partir da escolha dos co-facilitadores e definição da modalidade de negociação. Para este processo, foi inaugurada uma nova forma de participação da sociedade civil organizada para além dos *Grupos Principais*. A UN-NGLS foi encarregada de facilitar um processo global de consulta e organização de um canal de diálogo entre organizações sociais interessadas no assunto em todo o mundo, que selecionaram duas representações que passaram a facilitar as modalidades de participação da sociedade civil para a construção do documento base a ser levado para Adis Abeba.

Ao desenvolver um caminho convergente sobre o financiamento para o desenvolvimento, os co-facilitadores da *Agenda Pós-2015* deixaram em suspenso a discussão dos meios de implementação para depois do resultado da conferência na Etiópia.

Quatro diálogos interativos foram organizados com representantes da sociedade civil em preparação para a conferência. A metodologia era baseada em uma consulta aberta organizada pela UN-NGLS, que abria duas chamadas, uma para nomear os comitês que selecionavam as pessoas indicadas, e uma para candidaturas de pessoas que participariam nos diálogos interativos como expositoras.

No entanto, de forma inédita, as intervenções de representantes da sociedade civil foram além dos espaços formais definidos nos ritos iniciais do trabalho da conferência, já que, a partir da sessão de reuniões para a segunda análise do documento foco, os co-facilitadores passaram a admitir, ao fim da sequência de discursos governamentais, a participação de membros da *Coalizão Global*, que se alternaram estrategicamente para garantir presença em Nova York. Tamanha participação constituiu um ponto de discórdia para alguns países como o Grupo Árabe e a Federação Russa, que reiteradamente demandavam que fôssemos retirados da sala de negociação. Contudo, os Embaixadores co-facilitadores, com o apoio de países democráticos e liberais, inclusive do Brasil, acomodaram a presença do *elefante na loja de cristais* até o fim, enquanto as negociações estavam na ONU. Uma vez que o documento foi para Adis Abeba, a história mudou um pouco o seu curso.

Os Meios de Implementação e Financiamento

Terceira Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento (Sustentável)

A terceira conferência internacional do Financiamento para o Desenvolvimento, foi concluída entre 13 e 16 de julho na Etiópia. Tinha como um de seus objetivos encontrar mecanismos para erradicar a pobreza e reduzir as iniquidades institucionalizadas por relações assimétricas do poder financeiro, além de apontar fontes adicionais de financiamento para a implementação da *Agenda 2030*.

O trabalho de preparação para a conferência levou oito meses de negociação e resultou na Agenda de Ação de Adis Abeba – AAAA –, que acabou reiterando a sensação que seria um desastre anunciado.

A cada novo rascunho do documento que era divulgado, após as reuniões informais e sessões de redação pré-conferência, ao longo do primeiro semestre, observou-se a diluição dos compromissos necessários para a mudança dos atuais paradigmas de financiamento e investimento entre as nações e intranações, e os motivos eram evidentes: os países desenvolvidos, representados pela União Europeia, Estados Unidos, Japão, Canadá e Austrália, além de buscarem a manutenção do *status quo*, também tinham por missão ampliar espaços para suas corporações expandirem seu domínio de mercado, principalmente em setores das indústrias extrativas ou como protagonistas da cadeia de fornecimento global (global supply chain).

Os países em desenvolvimento, por sua vez, alinhados ao grupo do *G77 mais China*, buscavam criar condições para o reconhecimento das *responsabilidades comuns, mas diferenciadas* de atores do processo para além das questões ambientais, colocando no contexto o ônus histórico de dominação, apropriação, expropriação e devastação, que garantiu desenvolvimento e crescimento econômico para grupos já com capital acumulado historicamente,

influenciado pela teoria econômica neoclássica defasada e seu nefasto rebento ideológico neoliberal. Neste contexto, o contraponto essencial foi a presença ativa e significante da sociedade civil global, um grupo diverso de colaboradores com atenção especial voltada aos acontecimentos da política internacional, cuja garantia de participação no processo de negociação foi um dos aspectos positivos da modalidade da Conferência.

Contudo, chegando em Adis Abeba, o que era para ter sido um rico e transparente debate entre Estados-Membros, em um ambiente de democracia diplomática que demonstrasse o valor do multilateralismo como guia para a governança mundial, em busca de soluções universais sob o mandato da Assembleia Geral, transformou-se em um ritual de salas fechadas com pequenos grupos de países e conversas de corredores, onde boatos criaram uma bruma de desinformação.

A estratégia estava definida desde o início: não teria abertura para negociação dos parágrafos, nem nova introdução de temas que estivessem fora da linguagem acordada anteriormente, mesmo que tivessem sido sugeridas de maneira insistente durante as negociações preparatórias em Nova Iorque, e terem sido insistentemente negadas sua inclusão no texto.

Financiar que tipo de desenvolvimento?

Chegando em Addis Abeba, a primeira questão que surge se refere à própria escolha do local para a FfD3, já que a Etiópia tem um governo que coloca na prisão representantes da sociedade civil que se expressam contra políticas que mantém a pobreza e aumentam a desigualdade; ou ativistas que tentam de alguma forma monitorar as ações do governo. Mas é a sede da União Africana e possui um complexo arquitetônico ideal para uma conferência internacional.

A pobreza está em todo lugar da cidade, autoanunciada *Capital da África*. O nível de desigualdade é evidente pela quantidade de pedintes que ocupam as ruas, deterioradas por falta de manutenção, e pela enorme presença de favelas. Ao mesmo tempo, chama atenção a quantidade de novas e luxuosas construções ao longo das avenidas principais, e o contingente de trabalhadores da construção civil sem qualquer equipamento de segurança se equilibrando em andaimes precários feitos de madeira crua extraída das florestas do país.

E, apesar da abundante presença da frase *tempo de ação para as pessoas e para o planeta* em imensos cartazes ao longo das principais vias da cidade, o documento negociado na Conferência FfD3 mostra que muitos governos, especialmente os de países desenvolvidos, não estão dispostos a mudar a direção de suas decisões para realmente reduzir as desigualdades econômicas no mundo.

No Fórum da Sociedade Civil, o convidado especial do segundo painel da manhã, o Sr. Wu Hongbo, sub-secretário da ONU e Secretário Geral da Conferência, deixa evidente que os governos ainda não conseguem ver o papel da sociedade civil para além de provedores de serviços e implementadores de resoluções. No entanto, as representações da sociedade civil, no debate, chamaram atenção para essa falácia e reafirmaram a demanda por espaço na elaboração e monitoramento das resoluções, em particular no processo do financiamento para o desenvolvimento sustentável.

A conferência

O centro de convenções da União Africana em Adis Abeba era pequeno para acomodar tanta gente. O governo da Etiópia então resolveu criar uma outra camada de burocracia para o acesso ao local. Representantes da sociedade civil precisavam conseguir um passe secundário para poder entrar na Conferência. No entanto, essa dificuldade prática era apenas um detalhe na complexa negociação que continuava, já que o documento não estava nem perto de chegar a um consenso. A possibilidade de que não houvesse acordo algum sobre o texto crescia a cada minuto e a cada discurso, incluindo o do embaixador Geir Pedersen da Noruega, na conclusão do Fórum da Sociedade Civil.

Sentindo que um fracasso das negociações em Adis Abeba parecia iminente, o Secretário Geral da Conferência, Mr. Wu Hongbo, ao lado do Ministro das Relações Exteriores da Etiópia, em reunião com líderes do G77, pediu que o grupo, inclusive o Brasil, deixasse de pressionar nos três pontos mais polêmicos do documento, que incluíam o processo de seguimento da FfD3 e sua integração com a *Agenda Pós-2015*, a criação de um Comitê Intergovernamental para questões tributárias sob auspício da ONU, e propostas concretas para financiar os meios de implementação dos ODS.

Segundo negociadores do G77, a Conferência não era mais uma negociação pois o diálogo não acontecia, apenas apresentações e debates paralelos.

Ao mesmo tempo, organizações da sociedade civil do campo da defesa dos direitos e bens comuns, em suas falas, reiteravam que o documento em discussão em Adis deixava muito a desejar, em muitas áreas. Por exemplo, o documento devia indicar princípios de liderança dos países, com a participação da sociedade civil, frente à agenda de desenvolvimento, não apenas promover o financiamento via parcerias público-privadas – PPP – ou via ajuda oficial para o desenvolvimento – ODA – vinda de países da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico –, como ficou muito evidente no texto aprovado. Além disso, não se tratava de um texto que propunha ações concretas, era fraco sobre a promoção dos direitos das mulheres e outras populações e não apresentava meios para fazer com que o setor privado fosse realmente responsável (*accountable*) frente aos direitos, o que é essencial para promover um desenvolvimento realmente sustentável. A equidade deveria ser promovida como um objetivo de todas as políticas fiscais, e o financiamento do desenvolvimento deveria ir além da ajuda oficial ao desenvolvimento. No entanto, um bloco de países doadores – que historicamente não são doadores por acaso – tentavam evitar suas responsabilidades, buscando transferí-las para a cooperação Sul-Sul ou para o próprio financiamento doméstico. Muito se falou sobre melhorar as formas de arrecadação nos países menos desenvolvidos, inclusive com o uso dos recursos de ODA. para os países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo que parece plausível, esta ideia pode ser também uma forma de aumentar o colateral do país para contração de novas dívidas, pois é sabido que o processo de desenvolvimento desses países não será alcançado com recursos domésticos.

O texto omitiu, ainda, alternativas concretas para a mobilização dos recursos necessários para implementar tanto um desenvolvimento sustentável nos próximos quinze anos, quanto para regulação do sistema financeiro. E, além de genérico sobre os mecanismos inovadores de financiamento, não traz um exame crítico dos acordos comerciais para sustentabilidade e direitos humanos, nem sobre as questões das dívidas – algumas dificilmente pagáveis – de muitos países, já capturados pelas armadilhas das políticas neoliberais e austeras impostas pelas instituições financeiras internacionais – IFI –, como o Banco Mundial e o FMI.

Finalmente, o texto indica que falta apetite político para se pleitear mecanismos que efetivamente garantam transparência e monitoramento no processo de implementação da agenda de ação.

Amparado por um processo de facilitação peculiar e compreendido como opaco por vários negociadores, o que houve, de fato, foi a imposição de valores liderados pelos Estados Unidos e União Europeia que, em uníssono, tentaram – e conseguiram – afastar a possibilidade das Nações Unidas terem qualquer tipo de ingerência sobre a regulação de operações financeiras e sobre os mercados de capital, seja para pagar a conta do desenvolvimento, ou para aumentar sua capacidade de monitoramento. A justificativa era que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial já cumpriam este papel e que os países da OCDE já contribuíam com a AOD. E isto deveria ser o suficiente para a Agenda.

Vale chamar a atenção de que, em 2014, a ajuda oficial para o desenvolvimento totalizou U$ 134 bilhões, incluindo vários tipos de financiamento, até mesmo alguns tipos de investimentos diretos na área agrícola. Enquanto a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, segundo estimativas da UNEP, terá uma conta entre 3 e 5 trilhões de dólares por ano. Ou essas contas não fecham, ou os recursos para a os ODS serão escassos e lentos.

Para colocar o desafio em perspectiva, mas também para expor o fato de que recursos disponíveis existem, a cíclica crise financeira reacendida pela explosão da bolha de empréstimos de múltiplos derivativos com colateral imobiliário – a crise de 2007 e 2008 –, recorreu a sete trilhões dos Bancos Centrais Americano e Europeu em um espaço de apenas três meses. Ou seja, recursos financeiros existem e podem ser mobilizados, mas a vontade política que apareceu na iminência de um colapso do sistema, não aparece para reverter o colapso do planeta ou para erradicar a pobreza em diversos níveis de uma vez por todas.

P P P PARA O DESENVOLVIMENTO

Um dos temas preferidos na negociação para a Conferência em Adis Abeba foi o favorecimento às parcerias público-privadas como fonte de recursos e perícia técnica, para fomentar o desenvolvimento

do setor de infraestrutura nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Diversas vezes no documento ocorre a expressão *ambiente favorável para os negócios* e o *respeito à força da lei* como motores do desenvolvimento econômico. Mas quando falamos em regulação e transparência para os contratos, uma voz (geralmente masculina e branca) argumenta que *regulação excessiva afasta os negócios.*

A mesma lógica invertida foi praticada diversas vezes quando o assunto era o fluxo ilícito de capital. O problema está amplamente identificado através de estudos publicados que apontam as ações nocivas de corporações transnacionais que usam dos mais diversos subterfúgios legais para evitar o pagamento de impostos nos países onde obtém lucros, enquanto desviam recursos através de paraísos fiscais, ou jurisdições com segredos tributários, como preferem ser chamadas. No entanto, quando a demanda da sociedade civil, que passou a ser também do G77 ao longo do processo, foi criar uma Comissão Intergovernamental de Cooperação em Assuntos Tributários da ONU, o argumento contrário foi, *não cabe às Nações Unidas ingerência sobre assuntos financeiros, deixe as instituições capacitadas continuarem a fazer seu trabalho.* Ou seja, deixar para a OCDE e o projeto BEPS – Base erosion and profit shifting –, ou persistir na ausência de órgãos que possam cuidar do assunto; investir nos acordos de cooperação tributária bilaterais sendo apresentados por Estados Unidos e Suiça. E aumentar o papel do FMI, o Banco Mundial e o Banco Central Europeu que, junto com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, como o Banco dos BRICS, encontrarão recursos para financiar essa agenda. Esta é a forma de continuar tudo como está.

Isso demonstra a incompreensão fundamental nos paradigmas correntes que vêem financiamento como uma via direta. Financiar uma agenda, não é apenas aparecer com recursos, mas estimular mudanças nos paradigmas de desenvolvimento sustentável. Além disso, os números mostram que o total disponível cobririam menos de um quarto do montante requerido pela Agenda.

No entanto, a tônica da Conferência já estava enunciada, quando países discordavam em como regular apropriadamente as parcerias público-privadas, que têm criado um modelo, no qual os recursos e responsabilidades públicas são arrendados para a administração e operacionalização privada, sem que seja garantido nenhum instrumento de rendição de contas e transparência pública.

Estudos específicos sobre o tema de PPP desenvolvidos pela ActionAid, Oxfam, Latindadd e Eurodad, além de capítulos em estudos da Global Financial Integrity, mostram o efeito nocivo para o bem público, quando o comum é cercado e ordenhado para o lucro individual, inclusive sem garantia da qualidade do serviço. Obviamente, não defendemos que todas as PPP sejam necessariamente ruins, mas caso não haja mecanismo de monitoramento efetivo e eficaz, o Estado acaba eximindo-se de sua responsabilidade de fiscalização e permitindo abusos ou degradação da qualidade do serviço. Residentes de São Paulo sabem o que significa uma malha viária privatizada, que onera em demasia o custo do transporte de pessoas e cargas. E residentes de todo o país sabem o que significa a ausência de serviços públicos de qualidade na educação, porque os estados precisam fazer caixa (superávit primário) para pagar juros de um bolo crescente de dívidas públicas. Foi este modelo, em eterno retorno, porém, que foi elogiado em Adis.

A tão necessária ambição para a implementação de uma agenda transformadora passou ao largo da AAAA. Na Etiópia, o que dominou foi *mais do mesmo*, e muito mais ainda das mesmas formas de coerção política pela força da promessa de recursos ou ameaça de corte dos mesmos. Foi uma verdadeira *consistência dos inconsistentes*, como denominou um dos co-facilitadores da sociedade civil, Stefano Prato, em sua última intervenção na Conferência. As negociações da FfD3 demonstraram as contradições entre discurso e ação dos países desenvolvidos, cujo objetivo é a manutenção da arquitetura como ela se encontra e qualquer modificação real deve estar atrelada à desregulamentação. Não o contrário.

A disputa por narrativas e o testemunho

A sessão de aprovação do documento da terceira Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento foi um retrato do longo embate entre diferentes narrativas para resolver os problemas econômicos, sociais e ambientais no planeta. A adoção de uma Comissão Intergovernamental de Cooperação em Questões Tributárias, o último ponto contigencioso das negociações, foi finalmente derrotado nessa noite, no Centro de Convenções

União Africana. Algumas pessoas riam de felicidade por terem conquistado uma suada vitória nas negociações, não por argumentos, mas por imposição. Outras pessoas sorriam de alívio, pois não aguentavam mais as prolongadas reuniões bilaterais e a falta de tranparência do processo, e outras sorriam com ironia, pois essa etapa estava concluída, mas o processo até a aprovação da Agenda era longo e não acabava ali. Diversas narrativas eram construídas naquela fria e chuvosa noite de quarta-feira, quinze de julho. O movimento seguinte já estava há muito definido, não importava a história do que se passara na capital da Etiópia, mas apenas o resultado, a existência do documento em si, a Agenda de Ação.

Duas semanas depois, em Nova Iorque, as negociações da *Agenda Pós-2015* estavam intensas. Encontramos o mesmo embate das forças que se uniram na FfD3 em se tratando da definição dos meios de implementação – MOI – dos ODS. O detalhe da discussão tornou-se então o que fazer com o resultado de Adis Abeba. Incorporar completamente como sendo o modelo de financiamento, ou mantê-lo em sua posição como entidade separada, dar as boas vindas ao resultado, mas colocá-lo como adicional ao documento dos ODS?

Segundo análise anterior, ficou evidente que a Conferência não respondeu questões necessárias para o desenvolvimento sustentável. E agora essa limitação estava sendo empurrada como a forma de resolver as questões do financiamento para uma agenda *ambiciosa, holística e universal* dos ODS, como escutamos muitas vezes na ONU, e do co-facilitador, Embaixador Macharia Kamau.

O desejo de ambição é presente, sem dúvida. O que fazer também, depois de tantos anos de análises, reuniões, convenções, conferências e consultas? Porém o *como*, através de quais instrumentos e decisões, os passos serão dados, gera uma terrível discordância a ponto de manipular os eventos que aconteceram em um passado bem recente com narrativas fantasiosas. Ainda bem que haviam outras testemunhas do processo.

No fim das contas, ou, ao fim do dia, como dizem no continente africano, o valor de todo esse processo acaba sintetizado nos documentos oficiais e nos recursos que vão começar, de uma forma ou de outra, a fluir na direção de medidas que busquem alcançar os dezessete objetivos e cento e sessenta e nove metas estabelecidos no documento do GTA. Mas não esperemos grandes medidas. Os recursos já estavam obviamente escassos.

A Conferência de Adis Abeba ficou para a história como o momento em que a negociação da *Agenda Pós-2015* deixou de ser em boa-fé e equilibrada, para ser a resolução de que tudo deve continuar como está e qualquer brecha deve ser a favor da financeirização da economia e promoção da iniciativa privada como o motor para o desenvolvimento. Ora, isso é notícia antiga, de mais de trinta anos. Nos anos oitenta do século passado era chamado de *reaganomics*, depois virou o *Consenso de Washington*, e agora conseguia o aval do multilateralismo da ONU. Porém, um detalhe importante que pode-se constatar por evidência empírica é que essas políticas tem funcionado para aumentar os problemas, não solucioná-los. A sucessão de crises econômicas oriundas de *deslizes* financeiros, sejam nos mercados de capital, sejam em questões de dívida soberana e planos de austeridade para maior endividamento do Estado, é a prova de que a mudança necessária para reverter o quadro de apropriação, expropriação e degradação das pessoas e do planeta assusta demais os poderes estabelecidos. Assusta mais do que a própria iminência de colapso social ou ambiental.

Durante as discussões da *Agenda 2030*, países e representantes, inclusive de agências da ONU, falavam da história de sucesso que teria sido o acordo para a Agenda de Ação de Adis Abeba. Um acordo em que as questões sistêmicas que preservam o neocolonialismo, alimentam a corrupção, beneficiam o fluxo ilícito de capital, e agraciam as corporações com meios legais de elisão e evasão fiscal não foram realmente admitidas, com a presença de mecanismos concretos que encaminhasse para uma resolução propositiva de tais problemas. Sequer foi possível admitir que responsabilidades comuns mas diferenciadas devem ser levadas em consideração para além do clima.

Adis Abeba foi uma oportunidade perdida e um exemplo do jogo de poder que continua na geopolítica mundial. Estamos vivendo uma terceira onda de colonialismo, que perpetua as do mercantilismo e do imperialismo e se constitui como um grande *tsunami* financeiro. E mesmo fazendo uma análise fria do documento final, pode-se identificar os mecanismos que transformam essa agenda em mais um *financiamento para a dependência* e para o endividamento. Os ODS vão precisar de muito mais do que isso para serem alcançados.

Fome é ainda um problema grave a resolver

É de muitas maneiras irônico que enquanto discutiam os ODS, os representantes dos Estados-Membro da ONU deviam ter em mente que a Etiópia, anfitriã da Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento, perde 16,5% do seu PIB por causa da desnutrição infantil. Uma estimativa divulgada por Mike Penrose, da Ação Contra a Pobreza.

O Fundo Global para Nutrição tem sete bilhões de dólares para operar, mas precisa de dezessete para atingir resultados esperados. De onde virão os recursos?

TTF como fonte sistêmica de recursos para a saúde das crianças

Olav Kjörven, Diretor Executivo do UNICEF, não conseguia imaginar melhor mecanismo para o financiamento de problemas urgentes e concretos como a malnutrição, mortalidade infantil e expansão de infecções, do que as taxas sobre transações financeiras.

Taxas sobre transações financeiras é um mecanismo inovador de financiamento para o desenvolvimento que pode, também, reverter a escalada de fluxos ilícitos de capital entre países. TTF são tributos cobrados sobre operações financeiras vultosas num sistema que, segundo o Banco de Compensações Internacionais, tem um valor nominal setenta vezes maior que o PIB global. Este sistema inclui mercados de ações, dívidas, derivativos, câmbio, seguro e empréstimo. O problema não é a existência do sistema financeiro em si, mas o caminho majoritariamente especulativo tomado pelos mercados de capital, criando um excesso de liquidez que não consegue se transformar em investimento não financeiro. A criação de TTF internacionais mobilizaria recursos fundamentais para o financiamento da agenda de desenvolvimento sustentável e regularia o nível de especulação e ilegalidade presente nos mercados.

A taxa-que-não-se deve-falar-o-nome

Perguntado, num debate sobre mobilização de recursos e taxação, sobre qual seria o argumento contrário às taxas sobre transações financeiras, já que faz todo o sentido para regular a especulação de capital e mobilizar recursos, *muitos recursos*, o economista Michael Keen, do FMI, respondeu: "é uma questão complicada. Eu particularmente não acredito nas TTF." Em conversa após o evento, voltamos a provocá-lo: "crença é algo reservado para Deus ou para o amor. A economia requer evidência." Ele prontamente se desculpou e saiu.

Aproveitando que Pascal Saint-Amans, diretor do projeto BEPS – Base Erosion and Profit Shifting – da OCDE, estava ao lado, engajamos numa conversa sobre o ocorrido. Ele foi mais reservado, mas confessou: "antes eu não acreditava nas TTF, mas posso afirmar que hoje sou um convertido. Faz todo sentido, há imposto para tudo, mas o sistema financeiro se safa dessa obrigação. Vamos ver o que vai acontecer quando entrar em vigor nos onze países da Europa."

Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Portugal, França, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Itália e Grécia, se ainda se mantiver no Euro, se comprometeram a desenhar um arcabouço multi-jurisdicional para implementar as TTF no continente europeu. Tal acordo deve se concluir em março de 2016 e pode ser a base para futuros acordo de cooperação tributária internacional.

Financiamento para a dependência

Enquanto assistiam as demandas para fontes alternativas de financiamento para o desenvolvimento cair sob o rolo compressor de representantes de países desenvolvidos na Conferência, a liderança do grupo de Países Menos Desenvolvidos mostrou-se preocupado com o que chamou "super-dependência dos menos desenvolvidos em ajuda oficial para o desenvolvimento e investimento estrangeiro direto," aquele com a presença da corporação transnacional no território.

Incentivo para quem, cara pálida?

Em vários eventos, paralelos e oficiais, foi levantada a questão contraditória em princípio de se conceder qualquer incentivo fiscal para empresas de extração de minério. O Sr. Michael Keen, com um pensamento neoclássico tradicional, explicou que era para conceder vantagem comparativa de um território sobre o outro. Porém, é bom lembrar que jazidas são exclusivas e isso já é a própria vantagem comparativa na extração mineral.

A reta final das negociações da Agenda 2030

A construção da Declaração Política da agenda e a definição de mecanismos de revisão e seguimento.

Em pleno verão novaiorquino, a negociação final da agenda política dos ODS esquentou a ONU. O último final de semana de julho foi de grande expectativa. A partir do sábado, 1º de agosto, à tarde, passamos a checar as mensagens a cada cinco minutos, na espera da socialização da nova versão do texto da declaração *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. E não estava fácil encontrar um consenso entre os redatores pois ela somente foi socializada no domingo, dois de agosto, por volta das 22h. Então, já com o fruto do debate realizado na semana anterior em mãos, governos e sociedade civil se debruçaram para analisar os prós e contras de cada uma das modificações apresentadas no documento final. Na segunda-feira pela manhã, todos os setores já tinham suas principais questões rastreadas. E nós, da ABONG, também.

No geral a nova proposta tentava harmonizar diferentes posições entre os eixos econômicos, social e ambiental. Uma mudança simbólica, mas bem representativa do espírito da mudança, ocorreu no próprio título que mudou de *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para Ação Global*, para *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável*, atendendo ao pedido de muitos países de que o título precisaria refletir o foco central do debate.

Mas, apesar dos esforços dos co-facilitadores, nenhum dos lados ficou satisfeito com a proposta, e as tensões entre países desenvolvidos e não desenvolvidos continuaram. Os temas centrais de discórdia ainda estão longe de serem solucionados e alguns deles são tão complexos que, talvez, seja irreal esperar uma resolução no contexto dos ODS. E eles cobrem espectros amplos, desde o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas e a responsibilidade dos países ricos no financiamento

Responsabilidades comuns mas diferenciadas

Sala de Conferências 1, madrugada de sábado, 1º de agosto, 3:51, e o Embaixador Guilherme Patriota faz um inspirado discurso sobre direitos humanos, gênero e inclusão de pessoas vivendo com HIV no contexto do desenvolvimento. Queda-de-braço com os EUA e União Europeia continua e vamos virar mais uma noite por aqui. O Embaixador foi relocado para Genebra há um mês e não teria a menor obrigação de estar aqui, coordenando a posição do Brasil. Poderia estar em casa organizando sua mudança, cuidando de outras coisas da vida, mas está acompanhando todo o debate final – e pautando essa agenda até o fim. É importante destacar quando encontramos funcionários públicos com senso de responsabilidade. Eles fazem toda diferença. Em troca o futuro vai reconhecer esse como um dos grandes articuladores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

do desenvolvimento sustentável, quanto à discussão de um parágrafo bem específico, sobre o *papel da família* para o desenvolvimento que não reconhece a família em sua diversidade, mostrou que, vinte anos após a Conferência de Cairo, ainda tentam limitá-la ao formato pai-mãe-filha(o).

Mas tudo isso já era esperado. Uma vez que as posições das delegações sobre as questões problemáticas já tinham sido bastante discutidas ao longo do processo dos últimos anos, os co-facilitadores fizeram esforço extra para manter o foco das falas governamentais e da sociedade civil em propostas textuais ao documento, insistindo que o tempo para grandes modificações e linguagens novas já tinha passado. Eles deixaram claro que não receberiam sugestões que não fossem aprovadas na plenária mas que, por outro lado, não queriam mais ouvir longos discursos e defesas de propostas. "Apenas apresentem o que concordam ou que querem mudar", insistia o Embaixador Macharia Kamau nos últimos dias.

Os coordenadores dos blocos de países, como União Européia e G77 mais China, tiveram um papel relevante de articulação. Os blocos fizeram reuniões durante todos os intervalos, buscando encontrar posições comuns.

Aprovação da agenda 2030 foi para prorrogação

O que aconteceu nas salas e salões da sede da ONU pode se constituir um evento histórico, com repercussões inevitáveis para a próxima geração, pelos próximos quinze anos. O texto que deveria ter sido aprovado na sexta-feira, 31 de julho, varou a madrugada de sábado e a exaustão e o impasse forçaram diplomatas, co-facilitadores e o secretariado do processo a pedirem ainda mais tempo.

As emoções estavam quentes na madrugada. "Não entendo porque a ONU não consegue cuidar direito do sistema de ar condicionado. Isto me deixa perplexo," reclamou o Embaixador Kamau, já sem paletó, com as mangas de sua camisa branca dobradas até o cotovelo. Mas o fervor maior não era apenas a temperatura desse verão. O Embaixador Sisou, do Benin, falando em nome dos países menos desenvolvidos – LDC (Least Developed Countries) – deixou o protocolo de lado e foi direto ao ponto: "como pode essa agenda ser direcionada a ajudar principalmente os países e as pessoas que mais precisam, se a nova proposta retirou a importância dos países menos desenvolvidos do documento? Tudo bem que os países de renda média – MIC (Middle Income Countries) – tem mais poder para influenciar o processo; mas nós mais pobres não conseguimos competir e precisamos de compromissos mais concretos."

Essa colocação veio depois que a União Europeia informou que se seus pontos fossem acatados, estariam de acordo em assinar o documento final. E, para completar, um dos pontos que mais uma vez queriam varrer para fora da agenda é o conceito de responsabilidades comuns mas diferenciadas – CBDR (common but differentiated responsibilities) –, pedindo que o parágrafo fosse retirado ou mantido entre colchetes.

Além disso, a linguagem sobre a importância necessária para as mudanças climáticas continuava sendo ponto de disputa. "Deixem para Paris", dizia o negociador da UE. "Precisamos deixar claro aqui a importância do tema e apontar uma direção ambiciosa," colocou o Embaixador do Palau, ilha do Pacífico sob ameaça de desaparecimento com o aumento do volume dos oceanos.

O terceiro ponto de disputa continuava sendo sobre qual o tratamento dado ao resultado da Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento. Enquanto os países desenvolvidos queriam integração completa, os que saíram da capital Etíope feridos pela *má-fé* da imposição da agenda diluída queriam, obviamente, manter a distância adequada aos caminhos não propriamente apontados pela Conferência, com independência complementar das duas agendas, inclusive para seu seguimento e monitoramento futuro.

Mesmo assim, diante dos impasses, na reta final do debate, o Brasil e a Noruega encontraram tempo e disponibilidade de chamar a atenção para a contribuição riquíssima da sociedade civil aos processos, tanto no trabalho para a Conferência em Adis Abeba, quanto ao processo dos ODS e da *Agenda 2030*. O Embaixador brasileiro, Guilherme Patriota, ressaltou a importância dos direitos humanos e a necessidade de realmente "não deixar ninguém para trás, principalmente os mais vulneráveis, como as pessoas vivendo com o HIV e AIDS." O Embaixador Patriota era um dos poucos representantes a trazerem à discussão princípios fundamentais já acordados pelos Estados-Membros em convenções e conferências passadas.

O resultado é que o sábado foi um dia de expectativa. A plenária, que primeiro havia sido marcada para iniciar ao meio-dia, foi primeiro adiada para às quatro, depois às cinco, para às nove e finalmente cancelada e adiada para domingo, nove horas da manhã.

Assim, somente no domingo à noite, dois de agosto, a plenária de negociação da Agenda aprovou por unanimidade o último texto proposto, mantendo CBDR ainda somente relacionada ao clima e emissões de gases poluentes. Mesmo assim, o resultado de quase três anos de negociações aponta para um caminho, que se não é a tábua de salvação para o equilíbrio social, econômico e ambiental, pelo menos pode causar mudanças com efeitos positivos a médio e longo prazos. Para tanto, os governos precisam adequar seus planejamentos e alocação de recursos, re-priorizando áreas para investimento e incentivando práticas sustentáveis de atividades econômicas. Depois de tanta discussão, debates e negociações, pode-se afirmar que a *Agenda 2030* começa mesmo a partir de agora. Ao trabalho.

Uma sociedade civil transformadora para transformar o mundo

A ABONG – Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns – é uma associação nacional de organizações não governamentais, criada em 1991 com o objetivo de articular OSC que lutam pela defesa dos direitos humanos, pela democracia e por um mundo mais solidário, justo e sustentável. Com cerca de 250 membros, a associação fomenta processos locais e regionais, dissemina informações, compartilha e constrói estratégias e dá visibilidade para esse campo político, que ganhou força na cena pública do país e do mundo.

Com espaços diversos e plurais de intercâmbio e construção política, somos uma rede de intervenção, com incidência em especial em conselhos e conferências de políticas públicas e, juntamente com outras redes e fóruns, em temas de interesse do conjunto de organizações, como o marco regulatório para o setor. Internacionalmente atuamos em diversos processos globais, com destaque para o Fórum Social Mundial e a *Agenda 2030*.

Nossa atuação nas negociações *Pós-2015* contou com o apoio direto e indireto de muitos parceiros, como a Oxfam, a FES – Fundação Friedrich Ebert Stiftung –, a Fundação Ford, as Campanhas *Beyond 2015* e *Action 2015*, entre outros, a quem agradecemos.

Além disso, reconhecemos especialmente a parceira com as organizações do GT da Sociedade Civil para a *Agenda 2030*. Somente com alianças articuladas e atuando colaborativamente poderemos transformar o mundo. É nisso que acreditamos. E se nos últimos três anos negociar os ODS nos exigiu fôlego, aprendemos que implementar a *Agenda 2030* demandará muito mais atenção, tempo e uma sociedade civil ainda mais articulada. Que 2016 seja apenas o primeiro dos próximos quinze anos de trabalhos intensos e coletivos para construção de novas narrativas, na trilha do desenvolvimento sustentável.

Atuais membros do GT da SC para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável

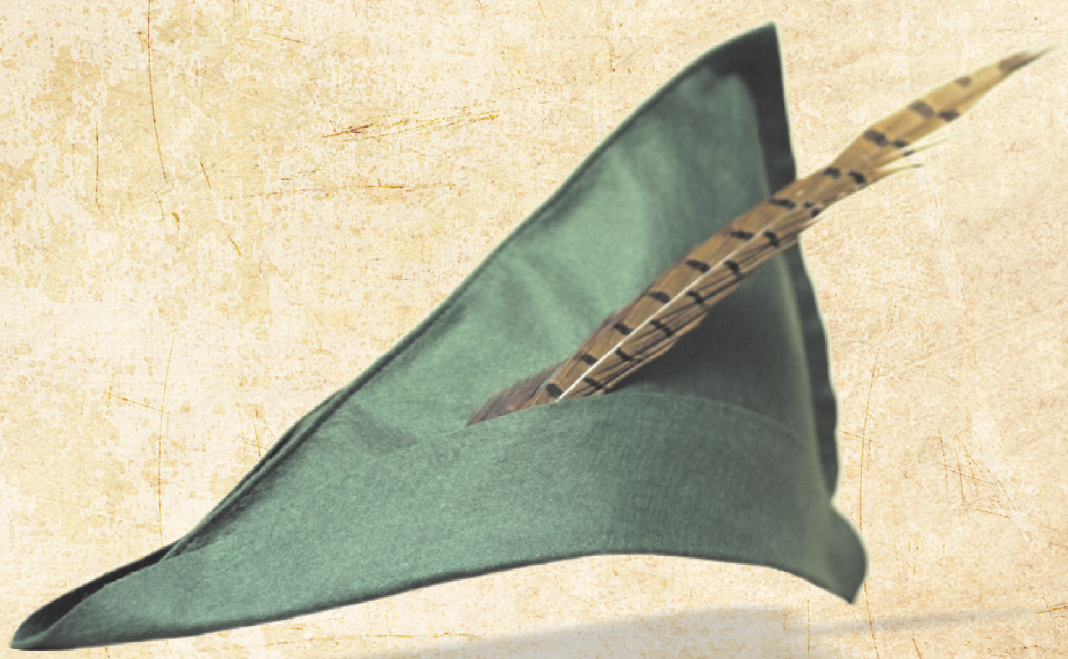
ABGLTT Abong/Vida Brasil Ação Educativa ActionAid Agenda Pública Aliança de Controle do Tabagismo e Saúde (ACT+) Articulação Sul Artigo 19 Avina CECUP (Centro de Educação e Cultura Popular) Cidade Democrática Coalizão de Jovens para o Pós-2015 Coletivo Mangueiras Coletivo Plural Feminista Conectas CUT Devinit Cineclube Em Prol da Vida Engajamundo FBES FBMC FES Fora do Eixo FBOMS/ Fundação Grupo Esquel Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social Fundação Abrinq/Save the Children Gestos/Abong GIFE GIP Imaflora Incide Indepaz Inesc Instituto Equit Instituto Igarapé IPAS Mirim Brasil Observatório do Clima Open Society Outras Palavras Parceria Brasileira contra a Tuberculose Rede de Jovens Positivos da América Latina Oxfam Brasil Rede Nossa São Paulo REBRAPD Viração

Acesse o blog do GT da SC para a Agenda 2030. Acompanhe, participe e colabore na implementação dessa agenda.

brasilnaagenda2030.org

Seja você também um(a)

ROBIN HOOD



Se você acha que a desigualdade econômica e social no Brasil passou dos limites e precisa acabar, junte-se a nós.

Pela justiça fiscal, pela democratização da economia, pelo uso de tributos sobre transações financeiras para ações inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento humano e ambiental.

Sabemos onde está o dinheiro, vamos buscá-lo!

Para mais informações e artigos que desvendam a ditadura financeira, acesse o nosso *blog*, www.ttfbrasil.org

ABGLT

Abong ORGANIZAÇÕES EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS

DNDi AMÉRICA LATINA Drugs for Neglected Diseases *initiative* *Iniciativa* Medicamentos para Doenças Negligenciadas

Fórum das DNDs e AIDS do Estado de São Paulo

Gestos

inesc

OUTRASPALAVRAS

PSI Public Services International Internationale des Services Publics Internacional de Servicios Públicos Internationale der Öffentlichen Dienste Internationell Fackig Organisation för Offentliga Tjänster 国际公共劳动

rebrip Rede Brasileira pela Integração dos Povos

REDE Feminista DE SAÚDE REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

APOIO

FORDFOUNDATION

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

OXFAM

Em 2015, a Organização das Nações Unidas aprovou os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sucessores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que serão monitorados a partir de cento e sessenta e nove metas.

Fruto de um debate ambicioso, realizado num ambiente internacional complexo e de múltiplas crises, espera-se que o acordo, "Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", guie a implementação de um conjunto de políticas multisetoriais de maneira articulada em todos os países signatários.

Para a Abong, essa é uma agenda nacionalmente importante: transformar o Brasil exigirá novos paradigmas de desenvolvimento e medidas urgentes que diminuam as desigualdes estruturais, fortaleçam a participação da sociedade civil na definição, implementação e monitoramento de políticas públicas mais integradas e articuladas, e que avancem na democratização da economia.

Nosso modelo atual de fazer e implementar políticas continua a ser insustentável e a Agenda 2030, mesmo com todas as suas limitações, oferece um mapa básico sobre como avançar na construção de um outro Brasil – e de um outro mundo – estes sim, sonhos possíveis, que continuam a nos inspirar.

realização
Abong
Gestos
apoio
FORDFOUNDATION
OXFAM Brasil